



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO N.º 11/2014

Disponibilização: 02 de junho de 2014

Período abrangido: de 19 a 30 de maio de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTEÇÃO CIVIL**
- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**
- **FLORESTAS**
- **PESCAS**

4. AMBIENTE

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

6. COMÉRCIO

7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

8. CULTURA

9. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

10. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

11. EDUCAÇÃO



12. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

13. ENERGIA

14. FINANÇAS

- **BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**
- **VALORES MOBILIÁRIOS**

15. INDÚSTRIA

16. JUSTIÇA

17. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

18. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

20. SAÚDE

21. SEGURANÇA SOCIAL

22. TRABALHO

- **HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

23. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTEÇÃO CIVIL**

Portaria n.º 110/2014, de 22 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro, no ano de 2014.

Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à quarta alteração ao Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, modificando matérias relativas ao fogo técnico, à instrução do procedimento de contraordenação e à distribuição do produto das coimas.

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

Despacho n.º 6608/2014, de 21 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local)

Determina a marcação de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Boidobra, município da Covilhã, no dia 13 de julho de 2014.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei n.º 30/2014, de 19 de maio

(Assembleia da República)

Procede à alteração (décima primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, e à alteração (terceira alteração) dos Decretos-Leis n.ºs 158/2005, de 20 de setembro, e 167/2005, de 23 de setembro, modificando o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, dos serviços de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública e da assistência na doença aos militares das Forças Armadas.



Despacho n.º 6969/2014, de 28 de maio

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Define as regras necessárias para os docentes requererem mobilidade por motivo de doença.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

Despacho n.º 6559/2014, de 20 de maio

(Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar - Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Disponibiliza na bolsa nacional de terras os prédios e parcelas de prédios do domínio privado do Estado identificados como aptos para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril.

- **FLORESTAS**

Portaria n.º 110/2014, de 22 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro, no ano de 2014.

Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à quarta alteração ao Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, modificando matérias relativas ao fogo técnico, à instrução do procedimento de contraordenação e à distribuição do produto das coimas.

- **PESCAS**

Portaria n.º 109/2014, de 22 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera os regulamentos de execução de várias medidas do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR).



Portaria n.º 114/2014, de 28 de maio
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as condições aplicáveis às embarcações nacionais de pesca autorizadas a operar, com vista à proteção dos fundos marinhos dos impactos adversos da atividade da pesca.

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Lei n.º 29/2014, de 19 de maio
(Assembleia da República)

Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, a regular as profissões dos responsáveis técnicos para a atividade funerária e do pessoal dos centros de bronzeamento artificial, a estabelecer um novo regime contraordenacional e a prever o acesso à base de dados do registo comercial e do registo nacional de pessoas coletivas, bem como a consulta à base de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de cadastro comercial.

6. COMÉRCIO

Lei n.º 29/2014, de 19 de maio
(Assembleia da República)

Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, a regular as profissões dos responsáveis técnicos para a atividade funerária e do pessoal dos centros de bronzeamento artificial, a estabelecer um novo regime contraordenacional e a prever o acesso à base de dados do registo comercial e do registo nacional de pessoas coletivas, bem como a consulta à base de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de cadastro comercial.



7.COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho n.º 6789/2014, de 23 de maio

(Ministério da Administração Interna - Direção-Geral de Administração Interna)

Homologa a tabela de compensação pela emissão radiofónica de tempos de antena, estações de televisão públicas e privadas, relativa à campanha para a eleição do Parlamento Europeu.

Despacho n.º 6790/2014, de 23 de maio

(Ministério da Administração Interna - Direção-Geral de Administração Interna)

Homologa a tabela de compensação pela emissão radiofónica de tempos de antena, estações de radiodifusão de âmbito regional, relativa à campanha para a eleição do Parlamento Europeu.

Despacho n.º 6791/2014, de 23 de maio

(Ministério da Administração Interna - Direção-Geral de Administração Interna)

Homologa a tabela de compensação pela emissão radiofónica de tempos de antena relativa à campanha para a eleição do Parlamento Europeu.

8.CULTURA

Lei n.º 28/2014, de 19 de maio

(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais, bem como altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 09/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.

Despacho n.º 6473/2014, de 19 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura)

Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Centro.



Despacho n.º 6474/2014, de 19 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura)

Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção-Geral do Património Cultural.

Despacho n.º 6475/2014, de 19 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura)

Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Norte.

Despacho n.º 6557/2014, de 20 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura)

Cria, na dependência do Secretário de Estado da Cultura, um grupo de trabalho que exerce as atribuições dos centros de informação nacionais estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1295/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que cria o Programa Europa Criativa.

Despacho n.º 6946/2014, de 28 de maio

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Aprova a credenciação do Museu Militar do Porto, do Museu Militar de Elvas e do Museu da Marioneta, no âmbito da Rede Portuguesa de Museus.

Despacho n.º 6947/2014, de 28 de maio

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Aprova o cancelamento da credenciação do Museu Agrícola de Entre o Douro e Minho, no âmbito da Rede Portuguesa de Museus.

9. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio

(Ministério da Defesa Nacional)

Cria o Hospital das Forças Armadas.



10. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 86/2014, de 28 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 21-A/98, de 6 de fevereiro, que cria um regime especial aplicável às expropriações necessárias à realização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, aos bens do domínio a afetar a este Empreendimento e às ações específicas de execução deste projeto de investimento público.

11. EDUCAÇÃO

Despacho n.º 6581/2014, de 20 de maio

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Prorroga o período de validade da acreditação das entidades avaliadoras e certificadoras de manuais escolares.

Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio

(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à alteração (terceira alteração) do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência.

Despacho n.º 6809/2014, de 23 de maio

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Define as regras para obtenção das habilitações profissionais para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo 2014-2015.

Despacho n.º 6969/2014, de 28 de maio

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Define as regras necessárias para os docentes requererem mobilidade por motivo de doença.



Deliberação n.º 1175/2014, de 29 de maio

(Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Delibera sobre a homologação de propostas apresentadas pelas Instituições de Ensino Superior no âmbito da candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2015-2016.

12. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Despacho n.º 6560/2014, de 20 de maio

(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Educação e Ciência)

Aprova o Relatório de Gestão e as Contas de 2010 e 2011 da Parque Escolar, E. P. E.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 35-A/2014, de 30 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina um conjunto de condições complementares da 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

13. ENERGIA

Despacho n.º 6967/2014, de 28 de maio

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina que podem ser constituídas e mantidas reservas de segurança de petróleo bruto e de produtos de petróleo em outros Estados-Membros.

Decreto-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio

(Ministério da Economia)

Estabelece o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis.



14. FINANÇAS

- **BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**

Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2014, de 22 de maio
(Banco de Portugal)

Altera o aviso do Banco de Portugal n.º 9/2012, de 29 de maio, que definiu os requisitos de informação em matéria de gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo a reportar ao Banco de Portugal.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Portaria n.º 115/2014, de 29 de maio
(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 226/2013, de 12 de julho, que aprova os modelos de pedido de emissão da declaração e de declaração relativos ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, estabelecendo ainda os procedimentos de entrega do pedido e de emissão da declaração.

- **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**

Declaração n.º 93/2014, de 29 de maio
(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Orçamento)

Conta provisória de janeiro a março de 2014.

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

Despacho n.º 7010/2014, de 29 de maio
(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)
Manutenção da garantia pessoal do Estado ao empréstimo bancário BANIF/RAM.

Despacho n.º 7011/2014, de 29 de maio
(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)
Manutenção da garantia pessoal do Estado ao cumprimento de obrigações de capital e juros contraídos pela RAM.



15. INDÚSTRIA

Deliberação n.º 1123/2014, de 23 de maio
(Ministério da Justiça - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.)
Atualiza a tabela de taxas de propriedade industrial.

16. JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2014, de 19 de maio
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: no âmbito da graduação de créditos em insolvência o consumidor promitente-comprador em contrato, ainda que com eficácia meramente obrigacional com traditio, devidamente sinalizado, que não obteve o cumprimento do negócio por parte do administrador da insolvência, goza do direito de retenção nos termos do estatuído no artigo 755º nº 1 alínea f) do Código Civil.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2014, de 21 de maio
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: ainda que seja conhecida a morada de arguido contumaz residente em país estrangeiro, não deve ser expedida carta rogatória dirigida às justiças desse país para ele prestar termo de identidade e residência, porque essa prestação não faz caducar a contumácia.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2014, de 22 de maio
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: os artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil devem ser interpretados no sentido de abrangerem os danos não patrimoniais, particularmente graves, sofridos por cônjuge de vítima sobrevivente, atingida de modo particularmente grave.

Lei n.º 32/2014, de 30 de maio
(Assembleia da República)

Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo.

Portaria n.º 116/2014, de 30 de maio
(Ministérios da Defesa Nacional e da Justiça)

Procede à integração no sistema número único identificador de processo-crime dos serviços competentes para a realização de atos do processo penal inseridos na Polícia Marítima, através do subsistema da Autoridade Marítima Nacional (AMN).



17. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

Aviso n.º 6395/2014, de 26 de maio

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Publica as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de junho de 2014.

18. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Despacho n.º 7009/2014, de 29 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)

Aprovação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Serpa.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

(Assembleia da República)

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Portaria n.º 117/2014, de 30 de maio

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho da Mealhada.

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/M, de 26 de maio

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Define a titularidade da infraestrutura implantada na Praça do Mar.



20. SAÚDE

Despacho n.º 6723/2014, de 22 de maio

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS, EPE), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) que determinam as condições de fornecimento de Medicamentos Anestésicos e Relaxantes Musculares.

Despacho n.º 6724/2014, de 22 de maio

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS, EPE), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) que determinam as condições de fornecimento de Medicamentos Analgésicos, Antipiréticos e Antidepressores.

Portaria n.º 111/2014, de 23 de maio

(Ministério da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 291/2012, de 24 de setembro, que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para as unidades privadas que prossigam atividades no âmbito da cirurgia de ambulatório.

Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio

(Ministério da Saúde)

Regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de centros de saúde (ACES).

21. SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 108/2014, de 22 de maio

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e das pensões por morte resultantes de doença profissional.



22. TRABALHO

- **HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

Despacho n.º 6498/2014, de 19 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Aprova o regulamento da prova de conhecimentos para aplicadores de produtos fitofarmacêuticos com mais de 65 anos.

Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio

(Ministério da Saúde)

Regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de centros de saúde (ACES).

23. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Despacho n.º 6493/2014, de 19 de maio

(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)

Estabelece os valores das taxas unitárias de base de rota e das taxas de câmbio das diversas moedas nacionais em relação ao euro, para o período de aplicação com início a 1 de janeiro de 2014.

Portaria n.º 106/2014, de 21 de maio

(Ministério da Economia)

Altera (décima oitava alteração) a Portaria n.º 50/95, de 20 de janeiro, que estabelece uma cobrança de taxas de rota no espaço aéreo nas regiões de informação de voo (RIV).

Despacho n.º 6855-A/2014, de 23 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Local, das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e da Solidariedade e da Segurança Social)

Constitui um Grupo de Trabalho para a definição do serviço público de transporte de passageiros flexível, a nível nacional, designado «Portugal Porta-a-Porta», que assegure a mobilidade dos cidadãos em zonas de baixa densidade populacional que não disponham atualmente de redes de transporte regular.